

A RETÓRICA INFERENCIAL DO DISCURSO POLÍTICO

JORGE CAMPOS (FALE/PUCRS)

Resumo: O presente artigo trata de aspectos inferenciais do discurso político, considerando a interface entre Semântica e Pragmática. Tais inferências dependentes de contexto são examinadas no contexto de uso político por ocasião da eleição para Presidente da República do Brasil.

Tem sido surpreendente para muitos comentaristas políticos a riqueza retórica que caracteriza o debate eleitoral. De fato, o discurso político é, provavelmente, um dos que mais explora o processo de significação complexa em que o dito semântico se enriquece com os implícitos pragmáticos. Em outras palavras, há o que se afirma e o que se subentende, sendo que este último é muito mais denso de significação do que o primeiro. Por que isso é assim com a mensagem política? exatamente pelo fato de que a lei se estabelece sobre o que é afirmado literalmente. Não há propriamente como identificar completamente o significado subjacente, o que decorre de um processo de raciocínio interpretativo, que pode ser sempre questionado. Claro, no contexto político, quem fala quer dizer tudo de maneira eficiente sem correr riscos de ser interpelado judicialmente sobre o que disse. Num certo momento, o ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola disse que o Presidente Médici só não o tinha chamado de ladrão porque Delfim Neto estava perto. O que é dito é dito claramente, e não há dúvida disso. O que é implícito, é mais escorregadio e rico de contextos. Uma interpretação, por exemplo, é que Brizola estaria sugerindo que Médici se controlou porque Delfim também poderia ser acusado da mesma coisa. Mas veja, criticado por ter sugerido isso, Brizola poderia ter negado, esclarecendo que não teve tal intenção. Médici não o teria chamado de ladrão por respeito à presença de Delfim. Recentemente, no contexto da disputa eleitoral para Presidente do Brasil, Lula, especialmente, tem explorado intensamente os efeitos lingüísticos da persuasão para se defender da enxurrada de críticas a ele nos meios de massa. E suas metáforas e implícitos pragmáticos são de uma enorme competência retórica. Aliás, muitos confundem a propriedade gramatical com a propriedade retórica. De fato, Lula comete muitas impropriedades se tomarmos como ponto de referência a forma padrão das gramáticas tradicionais. Visto pelo ângulo da expressividade, o discurso de Lula é altamente sofisticado e eficiente. Há pouco tempo, pressionado pela denúncia de corrupção, Lula disse que, no seu governo, a corrupção aparecia, não era abafada, como em outras épocas. O que ele disse é objetivo e claro, o que ele subentende é muito mais complexo. Pode-se inferir do que ele disse que ele não está envolvido já que seu governo torna tudo explícito; ele não só não participou do processo como está tentando tirar a limpo, punindo os que infringem as leis e a ética política. Além disso, ataca, indiretamente, os governos anteriores, sugerindo que eles não denunciaram a corrupção da época. Aí, ele demitiu um ou outro dos envolvidos, e isso pareceu ser uma comprovação empírica da verdade de suas palavras. Uma outra passagem muito expressiva é quando ele diz que no governo de FHC é que começou a corrupção e que, assim como ele, FHC não sabia de nada. Com isso, ele sugere que, se não veio ao conhecimento público a corrupção no governo FHC, é porque o próprio FHC não sabia e, se FHC, um homem preparado, não sabia, como é que o julgam mal por

ele, Lula, também não saber. Num momento a seguir, Lula diz que FHC o está atacando de maneira indigna para um político do seu porte. Dele, Lula, se poderia esperar um comportamento mais grosseiro, afinal ele é um homem rude e simples. Mas FHC, um intelectual, um homem estudado, não poderia baixar assim o nível das críticas. Ou seja, Lula se coloca numa situação de inferioridade num primeiro momento, para, logo depois, ficar num patamar mais alto de elegância e respeito, comparado com homens do porte de FHC, inquestionavelmente um político de nível, que perdeu, surpreendentemente, o controle ao atacá-lo. Numa outra passagem, com uma metáfora espetacular, Lula cria uma defesa altamente eficiente contra as críticas contundentes da oposição. Ele diz que ele e o povo fizeram uma transfusão de sangue. É o máximo de identificação. Lula se diz tão próximo do povo que ele traz tal povo no sangue. Quem o ataca, ele que traz o sangue do povo, ataca o próprio povo e não vai levar o voto dele. Numa de suas mais recentes afirmações, Lula diz que a elite quer tirá-lo na marra e que, a qualquer momento, essa mesma elite vai querer criar uma lei que anule o voto de um trabalhador, porque é só o que falta. Usando palavras mais simples e de uso popular forte como ‘na marra’, ele busca a identificação com o povo, sugerindo que o volume e a insistência das críticas é uma prova de que querem tirá-lo de qualquer jeito, sem evidências, na marra. Além disso, sugere que tudo deve ser interpretado como um ataque ao povo e seus direitos. Lula sugere que ele não é atacado por seus erros, mas porque tal ataque quer é desestabilizar a força do povo no seu governo.

Dada essa riqueza significativa do discurso político, cabe, agora, uma reflexão mais detida sobre a natureza das inferências envolvidas no processo de comunicação pressuposto acima. Primeiramente, é importante distinguir os processos de codificação e decodificação em relação ao que é literalmente dito e o processo de inferenciação em relação ao que é subentendido. A comunicação, ao contrário do que prevê o tradicional modelo de códigos, é inferencial por natureza. Pensa-se através da língua o tempo inteiro; sem o processo de capturar o significado que vai além do afirmado, pouco entenderíamos do discurso político. Trata-se, também, de compreender as propriedades do tipo de inferência de que estamos falando. Tecnicamente, depois de Grice, um filósofo da linguagem da metade do século anterior, denominamos tais inferências ‘implicaturas’. Elas são, em princípio, dependentes de contexto, são calculáveis e são canceláveis. De fato, como se ilustrou no primeiro exemplo, a inferência pragmática que estava em pauta era completamente dependente do contexto político da época. Poder-se-ia calculá-la. Se Brizola disse que Médici não o chamou de ladrão porque Delfim estava perto, deveria haver uma conexão entre os fatos citados. Raciocinamos, então, que Delfim teria que ter alguma propriedade envolvida. E, como também mencionamos anteriormente, tal inferência poderia ser cancelada, dada a sua natureza de implicatura Griceana. Essa condição é que sustenta, como especulamos no início, a interessante liberdade de dizermos algo, implicarmos muito mais coisas adequadas ao contexto e, mesmo assim, a cancelarmos. Agora, então, podemos generalizar um pouco: o dito é verdadeiro ou falso, não pode ser outra coisa, nem cancelado. O que se disse está dito. O implicado, por sua vez, tem um grau de comunicabilidade bastante objetiva, mas não tanto quanto o que é dito. Pode-se cancelar uma implicatura, porque ela não é o objetivamente afirmado. Ela é deduzida dos que se disse e, por isso, o processo inferencial de apreendê-la pode-se dar, não se dar, ou, ainda, ser apagado. Essa dinamicidade da linguagem é uma de suas propriedades mais expressivas e, por causa dela, muitos acreditam que o significado varia sempre em função do contexto, e, por isso mesmo, passa por um processo de enriquecimento constante. Seja como for, em

política muito se afirma, mais se implica e sugere e, mais ainda, joga-se o jogo da linguagem e da sedução.

Algumas referências informais para estas reflexões:

Grice, HP (1975) Logic and Conversation. In: P. Cole & J. Morgan (Eds.): Speech Acts
Campos, J.(1984) A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância, Dissertação de Mestrado /PUCRS.
S.C. Levinson(1983) Pragmatics. Cambridge University Press